



**RELATÓRIO SEMESTRAL DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA DA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (NESC)**

Núcleo: Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC)

Coordenadores: **02** - *Carlos Roberto Isa e Bruno Amabile Bracco.*

Período Compreendido: 01.01.2017 a 31.07.2017

Número de Integrantes Efetivos: **10** - *Rafael Folador Strano, Patrick Lemos Cacicedo, Marina Hamud Morato de Andrade, Mario Eduardo Bernardes Spexoto, André Cadurin Castro, Verônica dos Santos Siontti, Thiago de Luna Cury, Vinicius da Paz Leite, Flávio de Almeida Pontinha e Cristina Victor Garcia.*

Número de Integrantes Colaboradores: **09** - *Rafael Gomes Bedin, Priscila Domiciano Silva, Camila Galvão Tourinho, Raul Carvalho Nin Ferreira, Fernanda Fernandes Gomes Rozo, Daniela Sanchez Ita Ferreira, Diego Rezende Polachini, Fernanda da Costa Teixeira, Thomaz Fiterman Tedesco.*



Sumário:

Observações Preliminares.....	p.4
1. Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos.....	p.5
2. Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos.....	p.5
2.1 Ação Civil Pública objetivando a distribuição de presos no sistema prisional paulista.....	p. 20
2.2 Atuação relativa ao “motim” no Centro de Detenção Pinheiros I	p.20
2.3 Habeas Corpus impetrados – CONVIVE -	p.22
2.4 Atuação extrajudicial.....	p.24
3. Realização de intercâmbio entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas.....	p.25
4. Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas.....	p.25
5. Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado.....	p.29
6. Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado.....	p.30
7. Acionamento de Cortes Internacionais.....	p.31



8. Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública.....	p.31
9. Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais.....	p.31
10. Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências.....	p.34
11. Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade.....	p.34
12. Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade.....	p.35
13. Outras ações desenvolvidas.....	p.36
14. Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo.....	p.37
15. Inspeções em estabelecimentos prisionais.....	p.37
16. Procedimentos administrativos instaurados no semestre objeto deste relatório.....	p.39
17. Reuniões realizadas.....	p.40
18. Atendimentos e análises de casos especiais.....	p.44
18.1 Atuação relativa ao “motim” no Centro de Detenção Pinheiros I	p.45
19. Atividades administrativas e de gestão do Núcleo.....	p.47



Observações preliminares:

1. Durante a maior parte do semestre objeto deste relatório, a coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária contou com apenas dois Defensores Públicos, em razão da cessação da designação do Defensor Público Bernardo Faêda e Silva, ocorrida em 17/05/2017, e posterior aposentadoria da Coordenadora Defensora Pública Flavia D'Urso, no mês de junho de 2017. Somente em 22 de junho de 2017, o Defensor Público Bruno Amabile Bracco passou a integrar o NESC na qualidade de Coordenador Auxiliar. Considerando, entretanto, os períodos de férias e outros afastamentos anteriormente programados, é possível afirmar que este Núcleo nunca operou com sua capacidade integral ao longo deste semestre.
2. Esta gestão – assim como a anterior - optou por converter as reuniões ordinárias com membros e colaboradores em inspeções prisionais - função precípua e inafastável do NESC – uma delas realizada em 23 de junho de 2017, somadas às inspeções realizadas pelos coordenadores também nos meses março, abril, julho e agosto, conforme explicitado no corpo do relatório. Em anexo, encontra-se planilha com a relação de cada membro ou colaborador participante, bem como os motivos declinados para eventual ausência. De todo modo, foi realizada reunião com membros e colaboradores no dia 10.02.2017, cujos termos constarão do próximo relatório semestral.
3. Ao longo deste semestre, prossegue problema, já informado à Primeira Subdefensoria Pública-Geral, à Corregedoria-Geral e à CTI, sobre a inexistência de método específico da instituição para intimar pessoalmente os defensores coordenadores dos atos judiciais em processos digitais em que o Núcleo consta como parte. Em que pese a adoção de medidas paliativas, como a inscrição dos processos no sistema *push* e a liberação do acesso eletrônico de processos de



algumas comarcas, o fato é que a inexistência de uma sistemática própria de intimação digital dos Núcleos implica fator de grande insegurança, já que é impossível realizar um controle diário das movimentações de todos os processos em que o NESC figura como parte, sem contar, é claro, que a intimação pessoal é prerrogativa de todo e qualquer órgão de execução da Defensoria Pública.

4. Conforme se verificará da leitura do tópico 04 deste relatório, a atual gestão do NESC buscou realizar contato e intercâmbio direto com diversas entidades da sociedade civil, algo que seria de todo prescindível de se destacar, já que função precípua de todos os núcleos especializados.

Atividades desenvolvidas:

1) *Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos:*

1. Compilação e atualização de informações sobre cada uma das unidades prisionais do Estado de São Paulo (*Vara de Execução Criminal, DEECRIM, Juiz Corregedor e Defensor Coordenador, com telefone e e-mail*) e disponibilização no site do NESC.
2. Disponibilização, no site do NESC, de todos os relatórios de inspeção entregues ao longo do semestre passado.

2) *Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos (e acompanhamento de demandas já propostas):*



1. **01.02.2017.** Audiência de instrução, realizada na cidade de São Vicente, referente à ACP autuada sob o nº 0002574-21.2013.8.26.0590, que versa sobre equipe mínima de saúde na Penitenciária I e no CDP de São Vicente. Instrução encerrada com a abertura de prazo para o oferecimento de memoriais.
2. **02.02.2017.** Pedido de Providencias sobre superlotação em relação aos presos do *Centro de Progressão Penitenciária de Pacaembu* 1000039-09.2017.8.26.0996
3. **07.02.2017.** Elaboração de Ação Civil Pública para questionar a superlotação no Centro de Progressão Penitenciária de Franco da Rocha 1000059-27.2017.8.26.0502
4. **08.02.2017.** Pedido de Providencias, sobre superlotação na Área de progressão semiaberto Chácara Belém I e II 105952-2017.8.26.0041
5. **09.02.2017** – Pedido de Providencias sobre superlotação no Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso 1000025-31.2017.8.26.0509
6. **13.02.2017** - Elaboração de memoriais nos autos da Ação Civil Pública de nº 0002574-21.2013.8.26.0590 (equipe mínima de saúde em São Vicente).



7. **13.02.2017** - Pedido de Providências nº 1000102-86.2017.8.26.0041 (assistência médica) - DEECRIM 1ª RAJ - São Paulo/DEECRIM UR1
8. **15.02.2017** - Análise do processo autuado sob o nº 0041632-27.2012.8.26.0053 (ação de indenização em razão da prática de revista vexatória) para realização de audiência de instrução.
9. **15.02.2017** - Elaboração de artigo para o “Justificando” sobre as razões do pedido de federalização do julgamento do massacre do Carandiru <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/02/17/as-razoes-para-o-pedido-de-federalizacao-do-julgamento-do-massacre-do-carandiru>
10. **16.02.2017** - Audiência judicial do processo autuado sob o nº 0041632-27.2012.8.26.0053 (ação de indenização em razão da prática de revista vexatória).
11. **23.02.2017** - Manifestação em processo em curso perante a VEC da Capital que aborda a prática de tortura pelo GIR 343/2016 – CDP Vila Independência
12. **24.02.2017** - Ajuizamento de 15 *habeas corpus* perante o STJ em defesa de “mães em cárcere”
13. **02.03.2017** - Manifestação nos autos de nº 0025260-66.2013.8.26.0053 (ação de indenização a título de danos morais).



14. **07.03.2017** - Ajuizamento de Ação Civil Pública para questionar a superlotação na ala de progressão da Penitenciária I de Franco da Rocha ACP nº 1000059-27.2017.8.26.0502
15. **07.03.2017** - Pedido de Providencias sobre superlotação Centro de Ressocialização de Bragança Paulista e Centro de Progressão Penitenciária de Franco da Rocha e ala de progressão da Penitenciária II de Itirapina. -- ACP nº 1000059-27.2017.8.26.0502 (CPP Franco da Rocha – lotação) - DEECRIM 4ª RAJ - Campinas/DEECRIM UR4.
17. **09.03.2017** - Elaboração de apelação nos autos da ACP nº 0021267-64.2013.8.26.0554 (*superlotação no CDP de Santo André*).
18. **13.03.2017** - Sustentação oral na apelação 0035475-04.2013.8.26.0053. Não realizada em razão da existência de conflito de competência suscitado na sessão de julgamento.
19. **13.03.2017** - Elaboração de modelos de *habeas corpus* para o STF (mães em cárcere – disponível no *site* do NESC)
20. **16.03.2017** - Elaboração de contrarrazões de apelação nos autos de nº 1039044-59.2014.8.26.0053 (ação de indenização a título de dano moral em razão da ocorrência de morte em presídio).



21. **17.03.2017**- Ajuizamento de 07 habeas corpus no STJ (Mães em Cárcere)
22. **17.03.2017**- Estudo da sentença que julgou a ACP - 1011978-70.2015.8.26.0053 - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP – parcialmente procedente.
23. **22.03.2017** - Manifestação nos autos de nº 003/2015 (Revista Vexatória - CDP de Americana).
24. **23.03.2017** - Elaboração de modelo de habeas corpus para trancar ações penais para apuração de prática de aborto.
25. **25.03.2017** – Conferência da Ata de Reunião realizada no dia 24.03.2017.
26. **29.03.2017** - Manifestação nos autos da ação autuada sob o nº 1040435-49.2014.8.26.0053 (solicitação de remessa de carta precatória para oitiva de testemunha).
27. **29.03.2017** - Manifestação nos autos do pedido de providência nº 1000039-09.2017.8.26.0996 (superlotação em Pacaembu).



28. **04.04.2017** – Manifestação reiterando pedido inicial - - Pedido de Providências nº 1000102-86.2017.8.26.0041 (assistência medica) - DEECRIM 1ª RAJ - São Paulo/DEECRIM UR1
29. **10.04.2017** – Interposição de Agravo de Instrumento em ACP relativo a Ala de progressão – Penitenciária I de Franco - 2064440-78.2017.8.26.0000.
30. **10.04.2017** – Interposição de Recurso Especial – nos autos da Apelação nº 1002433-73.2015.8.26.0053 – indenização por danos morais e materiais em razão de revista vexatória
31. **11.04.2017** – Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação (1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)
32. **12.04.2017** – Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação (1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)
32. **17.04.2017** – Replica na Ação Civil Pública - - ACP nº 1000059-27.2017.8.26.0502 (CPP Franco da Rocha – lotação) - DEECRIM 4ª RAJ - Campinas/DEECRIM UR4
33. **18.04.2017** – Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação (1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)



34. **19.04.2017** – Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação
(1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)
35. **20.04.2017** – Estudo de Processo Digital - 1011978-70.2015.8.26.0053 -Ação
Civil Pública - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de
Medicamentos - 8ª Vara de Fazenda Pública - Foro Central - Fazenda
Pública/Acidentes
36. **24.04.2017** – Análise dos embargos de declaração opostos pela Fazenda Pública
relativa a ACP - 1011978-70.2015.8.26.0053 - Hospital das Clinicas da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP
37. **25.04.2017** - Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação
(1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)
38. **26.04.2017** - Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação
(1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)
39. **27.04.2017** - Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação
(1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)
40. **28.04.2017** - Estudo e Elaboração de Ação Civil Pública relativa a Superlotação
(1025549-40.2017.8.26.0053 – Proposta em 08/06/2017)



- 40.a **02.05.2017** – Recurso Especial – Autos da Ação Civil Pública Nº 3000041-64.2013.8.26.0161 - Controle Nº 002104/2013 – Equipe Mínima de Saúde
41. **05.05.2017** – Exame da Decisão Monocrática que não conheceu de Agravo de Instrumento interposto pela Fazenda Pública - ref. processo nº 2056090-04.2017.8.26.0000 - Agravo de Instrumento _ Responsabilidade da Administração - 11ª Câmara de Direito Público
42. **08.05.2017** – Exame e Acompanhamento de Ações Individuais e Coletivas Propostas pelo NESC (processos digitais – ESAJ)
43. **09.05.2017** - Exame e Acompanhamento de Ações Individuais e Coletivas Propostas pelo NESC (processos digitais – ESAJ)
44. **08.05.2017** – Elaboração de Agravo Contra Decisão de Indeferimento de Processo de Recurso Extraordinário em conjunto com a Defensoria Pública Unidade Mauá
45. **10.05.2017** - Exame e Acompanhamento de Ações Individuais e Coletivas Propostas pelo NESC (processos digitais – ESAJ)
- 45.a **10.05.2017** – Alegações Finais – Maísa da Conceição da Silva – Processo Nº 002560-66.2013.8.26.0053 – 12ª Vara da Fazenda Pública



- 45.b **10.05.2017** – Razões em Recurso Extraordinário – Processo Nº 3000041-64.2013.8.26.0161 – Equipe Mínima de Saúde.
46. **11.05.2017** - Exame e Acompanhamento de Ações Individuais e Coletivas Propostas pelo NESC (processos digitais – ESAJ)
47. **12.05.2017** - Exame e Acompanhamento de Ações Individuais e Coletivas Propostas pelo NESC (processos digitais – ESAJ)
48. **16.05.2017** – Estudo e manifestação no ref. processo nº 0007252-07.2015.8.26.0268 - Ação Civil Pública - Itapeverica da Serra - Saúde
49. **17.05.2017** – Réplica - apresentada em ACP - Interdição de CPP Franco da Rocha - 1000059-27.2017.8.26.0502
50. **18.05.2017** - Exame de acórdão proferido nos autos da ACP nº4006140-65.2013.8.26.0506 - Ribeirão Preto – Instalação equipe mínima de saúde. Ação Julgada Procedente e confirmada pelo Tribunal de Justiça
- 50.a **19.05.2017** – Estudo e Elaboração para propositura de Procedimento Administrativo para apuração de Conduta Funcional dos integrantes do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) no âmbito da Corregedoria Geral do Governo do Estado de São Paulo



50.b **22.05.2017** – Estudo e Elaboração para propositura de Procedimento Administrativo para apuração de Conduta Funcional dos integrantes do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) no âmbito da Corregedoria Geral do Governo do Estado de São Paulo

51. **26.05.2017** – Manifestação em Ação Civil Pública – Foro Praia Grande – Superlotação – 3002067-57.2013.8.26.0477

51.a **26.05.2017** – Estudo e Elaboração para propositura de Procedimento Administrativo para apuração de Conduta Funcional dos integrantes Grupo de Intervenção Rápida (GIR) no âmbito da Corregedoria Geral do Governo do Estado de São Paulo

51.b **29.05.2017** – Estudo e Elaboração para propositura de Procedimento Administrativo para apuração de Conduta Funcional dos integrantes do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) no âmbito da Corregedoria Geral do Governo do Estado de São Paulo

51.c **30.05.2017** – Estudo e Elaboração para propositura de Procedimento Administrativo para apuração de Conduta Funcional dos integrantes do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) no âmbito da Corregedoria Geral do Governo do Estado de São Paulo



- 51.d **31.05.2017** – Instauração de Procedimento Administrativo para apuração de Conduta Funcional dos integrantes do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) no âmbito da Corregedoria Geral do Governo do Estado de São Paulo
52. **01.06.2017** – Manifestação nos Autos do Processo HC Nº 0020528-65.2017.8.26.0000 - Impetrante Mauricio Couto
- 52.a.1 **01.06.2017** – Replica Jhonatan Nepomuceno – Procedimento Ordinário Nº 1050084-04.2015.8.26.0053 – 1ª Vara da Fazenda Pública
- 52.a.2 **03.06.2017** – Elaboração e Estudo de representação a ser dirigida a Corregedoria Geral de Justiça relativa a denúncia de pratica de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo.
- 52.b **04.06.2017** – Elaboração e Estudo de representação a ser dirigida a Corregedoria Geral de Justiça relativa a denúncia de pratica de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo.
- 52.c **05.06.2017** – Elaboração e Estudo de representação a ser dirigida a Corregedoria Geral de Justiça relativa a denúncia de pratica de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo.



52.d **09.06.2017** – Protocolo de representação a ser dirigida a Corregedoria Geral de Justiça relativa a denúncia de prática de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo.

53. **08.06.2017** – Embargos de Declaração - Processo nº 0024010-95.2013.8.26.0053 - Apelação Cível - Responsabilidade da Administração - indenização por Dano Moral - Foro Fazenda Pública/ Acidente Trabalho/14ª Vara da Fazenda Pública

53. **10.06.2017** – Embargos Declaração - Processo nº 1025549-40.2017.8.26.0053 - 28.2014.8.26.0053 - ação teve por objetivo o controle de legalidade e nulidade dos artigos 44, 45 e 89 da Resolução SAP 144/10 – Regimento Interno Padrão - RIP

54. **12.06.2017** – Protocolo de Pedido de Providências no Expediente – 73/2015 – Prática de Tortura e outras Violações - petição - GIR - DEECRIM da 5ª RAJ em Presidente Prudente

55. **14.06.2017** – Contrarrazões em Recurso Extraordinário nos autos da Ação Civil Pública – Oferta de Ensino Fundamental e Médio durante o Período Noturno na Penitenciária Feminina de Santana – 0015931-64.2012.8.26.0053

56. **19.06.2017** – Embargos de Declaração - Acórdão referente a recurso de Apelação - processo nº 1010832-28.2014.8.26.0053



56.a **20.06.2017** – Impetração de Mandado de Injunção – buscando a edição de norma regulamentadora da atuação do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) nos Estabelecimentos Prisionais do Estado de São Paulo (autos n. 2113902-04.2017.8.26.0000)

57. **21.06.2017** – Manifestação nos Autos de Revista Vexatória – Vitima - Processo Nº 0025260-66.2013.8.26.0053

57.a **26.06.2017** - – Elaboração e Estudo de representação dirigida ao Procurador Geral de Justiça relativa a denúncia de prática de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo

57.b **27.06.2017** - – Elaboração e Estudo de representação dirigida ao Procurador Geral de Justiça relativa a denúncia de prática de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo

57.c **27.06.2017** - – Elaboração e Estudo de representação dirigida ao Procurador Geral de Justiça relativa a denúncia de pratica de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo

57.c **29.06.2017** - – Protocolo de representação a ser dirigida ao Procurador Geral de Justiça relativa a denúncia de pratica de tortura nos estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo



58. **30.06.2017** – Estudo do Processo 1011978-70.2015.8.26.0053 - Ação Civil Pública - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
59. **04.07.2017** – Leitura de Intimação – Relativa ao Processo - 1040435-49.2014.8.26.0053 - Responsabilidade da Administração - Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Moral - 12ª Vara de Fazenda Pública - Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - JULIANA DE SOUZA GOMES
60. **04.07.2017** – Aditamento da Ação Civil Pública relativa a Superlotação Processo:1025549-40.2017.8.26.0053
61. **06.07.2017** – Leitura da intimação relativa ao processo - 1000318-79.2015.8.26.0053 - Indenização por Dano Moral – Iolando Aparecido Salastiano
62. **10.07.2017** - Leitura da intimação relativa ao processo - 1025549-40.2017.8.26.0053 - Ação Civil Pública - Integridade física - 9ª Vara de Fazenda Pública - Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes – Superlotação
63. **11.07.2017** – Alegações Finais – Ação Indenizatória – Iolanda Aparecida Salustiano – 1000318-79.2015.8.26.0053



64. **18.07.2017** – Elaboração de Contrarrazões relativas à ACP - 1011978-0.2015.8.26.0053 - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP
65. **24.07.2017** – Manifestação nos autos do Processo: 1000394-80.2016.0502
66. **26.07.2017** – Audiência na Fazenda Pública – Caso da Juliana – Procedimento Ordinário - 1040435-49.2014.8.26.0053 – Responsabilidade da Administração
67. **01.08.2017** – Despacho com o Juiz da 1ª RAJ Corregedoria de Presídios para assegurar a entrada dos Defensores no CDP I de Pinheiros.
68. **01.08.2017** – Inspeção no CDP de Pinheiros I após despacho com o Juiz Corregedor.
69. **04.08.2017** – Manifestação – Ação Civil Pública – Processo: 1000059-27.2017.8.26.0502 – 4ª RAJ de Campinas – DEECRIM 4



2.1. Ação Civil Pública objetivando equalização na distribuição de presos no sistema prisional paulista:

1. Após protocolo de Petição Inicial relativa à equalização na distribuição de presos no sistema prisional paulista (autos n. 1025549-40.2017.8.26.0053), reunião colegiada do NESC deliberou pela desistência, por razões estratégicas. Petição de desistência em 27/06/2017
2. Manifestação do Ministério Público pela continuidade da ação, com o deferimento dos pedidos liminares (27/06/2017)
3. Reuniões com membros do MP e com a Juíza responsável pelo caso. Pedido de prazo para emenda à Inicial, de maneira a limitar o alcance da demanda à comarca de São Paulo (29/06/2017)
4. Emenda à Inicial (28/07/2017).

2.2. Atuação relativa ao “motim” no Centro de Detenção “Pinheiros I”:

1. Visita dos Defensores Públicos Carlos Roberto Isa e Bruno Amabile Bracco ao CDP “Pinheiros I”. Após dificuldades para conseguir adentrar a unidade, foram recebidos pelo Diretor Geral em sua sala. Traçado panorama geral do ocorrido. Acesso à lista dos presos transferidos imediatamente após o motim. Impedimento de acesso aos raio e conversa com os presos (26.07.2017).



2. Petição ao Juízo de Direito do DECRIM da 1ª RAJ (Corregedor dos Presídios da Capital), requerendo acesso aos raios e aos presos. Decisão judicial em termos genéricos, equivalente a negativa (01.08.2017).
3. Recurso inominado ao Corregedor-Geral de Justiça do TJ/SP (01.08.2017).
4. Antes de julgado o recurso, contato telefônico com Diretor Geral da unidade prisional, agendando visita da Defensoria para o dia 07.08.2017, com garantia de acesso aos raios e conversa reservada com presos (04.08.2017).
5. Ida dos Defensores Carlos Isa e Bruno Amabile Bracco, acompanhados do Agente de Defensoria Henrique Finotti, ao CDP “Pinheiros I”. Acesso a todos os raios e todas as celas. Colhidos depoimentos e registros fotográficos. Conversas reservadas com presos. Conversas com o Diretor, ASPs, médico, membros do GIR e demais profissionais atuantes na unidade (07.08.2017).
6. Expedidos ofícios ao CDP, requerendo atendimento médico a dezenas de presos com doenças facilmente detectadas, bem como retomada de contato com familiares (08.08.2017).
7. Petição ao Juízo de Direito do DECRIM da 1ª RAJ (Corregedor dos Presídios da Capital), informando sobre a situação da unidade, com registros fotográficos, bem como juntando depoimentos de dois presos transferidos para Presidente Venceslau, colhidos pelo Defensor Gustavo Picchi.



2.3. Habeas Corpus impetrados em parceria com o CONVIVE:

RETORNO DOS CASOS ENVIADOS AO NESC (Jan a Jul 2017)				
UNIDADE PRISIONAL: TUPI				
Número do Processo encaminhado	Envio	Retorno	Cód. 5	Pedidos
0002646-19.2016.8.26.0326	17/01/17	31/05/17	1.1	Prisão Domiciliar- 1ª instância
C: 0007602-29.2015.8.26.0483 / E: 0002445-54.2016.8.26.099	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
0002473-51.2016.8.26.0081	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
0014098-43.2016.8.26.0482	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
0000134-02.2016.8.26.0605	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
0003678-65.2013.8.26.0358	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
0000155-20.2016.8.26.0591	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
815.353	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
UNIDADE RIBEIRÃO PRETO				
0001201-76.2015.8.26.0624	06/04/17	06/04/17	3.1	HC no STJ
UNIDADE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO				
0004698-82.2015.8.26.0306	16/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
UNIDADE SANTANA				
0001108-89.2015.8.26.0050	07/10/16	23/03/17	2.1	HC no TJ
0001108-89.2015.8.26.0050	07/10/16	23/03/17	3.1	HC no STJ
0001108-89.2015.8.26.0050	07/10/16	23/03/17	4.1	HC no STF
0001747-89.2016.8.26.0271	23/05/16	13/03/17	3.1	HC no STJ
0001747-89.2016.8.26.0271	31/01/16	13/03/17	2.1	HC no TJ
UNIDADE PIRAJUI				
0001067-87.2014.8.26.0073	15/08/17	16/08/17	2.1	HC no TJ
UNIDADE FRANCO DA ROCHA				
0000077-86.2016.8.26.0571	31/07/16	13/03/17	3.1	HC no STJ
0005433-21.2016.8.26.0132	30/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ
PENITENCIÁRIA FEMININA DA CAPITAL				
0002368-67.2012.8.26.0355	27/01/17	27/01/17	1.3	Pedido de extensão do período de amamentação
0001187-33.2015.8.26.0094	20/06/16	29/03/17	3.1	HC no STJ
UNIDADE CAMPINAS				
0000250-53.2015.8.26.0569	31/01/17	13/03/17	2.1	HC no TJ
0001287-24.2015.8.26.0567	30/01/17	13/03/17	2.1	HC no TJ
0001287-24.2015.8.26.0567	30/01/17	13/03/17	3.1	HC no STJ



Número do Habeas Corpus - TJSP	Câmara - Situação	Nº no STJ	Processo de conhecimento
2011556-72.2017.8.26.0000	5ª Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389602	0007602-29.2015.8.26.0483
2011550-65.2017.8.26.0000	14ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389605	0004698-82.2015.8.26.0306
2011546-28.2017.8.26.0000	12ª- Câmara de Direito Criminal	HC 389754	0001279-77.2016.8.26.0481
2011574-93.2017.8.26.0000	13ª- Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389782	0002473-51.2016.8.26.0081
2011580-03.2017.8.26.0000	10ª- Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389756	0014098-43.2016.8.26.0482
2011568-86.2017.8.26.0000	2ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389805	0000134-02.2016.8.26.0635
2011564-49.2017.8.26.0000	8ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC389759	0003678-65.2013.8.26.0358
2011587-92.2017.8.26.0000	6ª- Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389760	0000155-20.2016.8.26.0591
2011555-87.2017.8.26.0000	14ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389799	0000310-22.2016.8.26.0559
2011561-94.2017.8.26.0000	16ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389761	0007774-68.2015.8.26.0483
2013916-77.2017.8.26.0000	11ª - Câmara de Direito Criminal		0018778-64.2012.8.26.0077
2013918-47.2017.8.26.0000	7ª- Câmara de Direito Criminal		0000331-58.2016.8.26.0248
2013919-32.2017.8.26.0000	5ª- Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389797	0005433-21.2016.8.26.0132



2013924-54.2017.8.26.0000	15ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389785	0000077-86.2016.8.26.0571
2014225-98.2017.8.26.0000	6ª - Câmara de Direito Criminal - acórdão denegado	HC 389762	0000250-53.2015.8.26.0569
2013925-39.2017.8.26.0000	5ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389788	0001747-89.2016.8.26.0271
2014223-31.2017.8.26.0000	9ª - Câmara de Direito Criminal - liminar indeferida	HC 389790	0001287-24.2015.8.26.0567

2.4 Atuação extrajudicial.

- Ofício ao Secretário de Administração Penitenciária solicitando informações sobre a sistemática de fornecimento de alimentos aos presos e expondo reclamação comum acerca da quantidade e qualidade e do horário significativamente espaçado de seu fornecimento (*cópia anexa*).
- Monitoramento da situação das pessoas submetidas à medida de segurança e que se encontram encarceradas na Penitenciária III de Franco da Rocha: verificação das transferências realizadas e solicitação de informações à VEC da Capital sobre os encaminhamentos adotados.
- Encaminhamento de ofício ao Secretário de Administração Penitenciária para que o órgão tome ciência e adote as medidas pertinentes para a regularização dos estabelecimentos prisionais que não possuem Laudo de Verificação de Corpo de Bombeiros.



- Representação ao Procurador Geral da República solicitando o pedido de ajuizamento de *Incidente de Deslocamento de Competência* do julgamento do massacre Carandiru (*cópia anexa*).
- Reuniões realizadas com diversos órgãos, entidades e instituições, conforme descrito nos itens 04, 05 e 17 deste relatório.

3) Realização de intercâmbio entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:

08.02.2017. Participação no curso de formação de Defensores Públicos do VII Concurso de ingresso na carreira, promovido pela EDEPE.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas:

1. **24.02.2017.** Entrevista para a APADEP sobre a atuação do NESC em Manaus no projeto “defensores sem fronteiras”, coordenado pelo Ministério da Justiça.
2. Reunião realizada com o Juiz Corregedor dos presídios da Capital, Dr. *Paulo Eduardo Sorci*, no Fórum Criminal da Barra Funda, para tratar - dentre outros assuntos - da questão dos atrasos nas autuações e análise de Guias de Recolhimento para digitalização de processos de execução. Foi entregue parecer 387/16-J com dados estatísticos dos dez DEECRIMs que compõe a SUPERVEC, o qual contém provimentos, comunicados e remissões a resoluções



da Corregedoria de Justiça para implementação de aperfeiçoamento dos processos digitais (04.08.2016).

3. Reunião com IBCCrim para tratar do afastamento de magistrado que concedeu ordem em *habeas corpus* coletivo impetrado pela Defensoria Pública. Discussão de estratégias para o julgamento da ADI 5070. Contato com o Defensor *Rafael Muneratti* para a inclusão da DPESP na condição de *amicus curiae*. Tratativas para que todos os interessados no desfecho da ADI conversem com o relator *Toffoli* (09.08.2016).
4. Reunião com a equipe da *Pastoral Carcerária* para identificação das principais demandas atuais na área de execução de pena e sistema prisional. Compromisso de atuação conjunta, com intercâmbio de informações e documentos. Indicação de excesso de demanda em Tupi Paulista e Guareí (16.08.2016).
5. Reunião com a *Pastoral Carcerária* para abordar a prestação de assistência jurídica no Presídio de Itaí, sob a coordenação da DPESP, representada pelo defensor responsável *Eduardo Caldas* e, futuramente, uma parceria entre a DPESP e a Faculdade de Direito de Ribeirão e Preto (31.08.2016).
6. Reunião com o Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Dr. *Lourival Gomes*, para apresentação da nova gestão no NESC e para debater temas referentes à execução penal, como guias de recolhimento represadas e violação de direitos dos presos e de seus visitantes (01.09.2016).



7. Nova reunião realizada com o Juiz Corregedor dos presídios da Capital, Dr. *Paulo Eduardo Sorci*, no Fórum Criminal da Barra Funda, para tratar da questão dos atrasos nas autuações de Guias de Recolhimento (05.09.2016).
8. Presença na posse da nova diretoria do CONDEPE.
9. Reunião com o Conselho da Comunidade, no Fórum Criminal da Barra Funda, com o objetivo de desenvolver estratégias conjuntas para as inspeções em unidades prisionais da capital. O NESC tornou-se membro do Conselho.
10. Reunião no CONECTAS, com diversas entidades da sociedade civil, para debate sobre a viabilidade de realização de representação ao PGR com o objetivo de pleitear o *incidente de deslocamento de competência* do julgamento do Carandiru (10.10.2016).
11. Reunião com o Núcleo de Segunda Instância, o IDDD e advogados criminalistas para debate sobre a decisão do STF que autoriza a execução provisória da pena após a condenação em segunda instância.
12. Reunião, realizada no CONECTAS, com o grupo de trabalho sobre educação em presídios para definição de estratégias de atuação futura conjunta.
13. Reunião com o Secretário de Administração Penitenciária, Dr. *Lourival Gomes*, para debater a política de assistência social a egressos.



14. Participação em evento no CONDEPE com participação de diversas entidades de promoção de direitos humanos e o Ministério Público do Estado de São Paulo para debate sobre o julgamento do caso Carandiru e sobre a representação de federalização.
15. Contato com o IBCCrim para debate sobre o julgamento do caso Carandiru e sobre a representação de federalização.
16. Reunião realizada com a *Promotora Beatriz Helena Fonseca*, da Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado de São Paulo, para formação de Grupo de Trabalho entre DPE e MPSP com a finalidade de tratar temas relacionadas ao sistema carcerário, tendo sido eleitos os seguintes tópicos: (a) revista vexatória; (b) superlotação dos presídios; c) serviço de Saúde nas penitenciárias; e (d) alimentação (16.11.2016).
17. Reunião na Corregedoria-Geral de Justiça para despachar o pedido de realização de audiências de custódia retroativa.
18. Reunião com o Dr. *João Paulo*, promotor do Grupo de Educação do Ministério Público (GEDUC), para o delineamento de estratégias para a implementação de educação em presídios.
19. Encaminhamento de sugestões de atualização de resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em matéria de execução penal, a pedido do Dr. *Renato De Vitto*, assessor da presidência do órgão (*cópia anexa*).



20. Articulação com as seguintes entidades da sociedade civil para subscrição do pedido de federalização do caso Carandiru: *“Centro Gaspar Garcia”, “Instituto Vladimir Herzog”, “Instituto Latino Americano de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos” (ILADH), “Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura” (ACAT), “Centro de Direitos Humanos de Sapopemba Pablo Gonzales Olalla”, “Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação” (ANDHEP), “Educação, Cidadania de Afrodescendentes e Carentes” (EDUCAFRO), “ Instituto Paulo Freire”, “Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular” e “Centro de Direitos Humanos e de Defesa da Criança, Adolescente e Juventude Paulo Freire” (CEDHECA PAULO FREIRE).*

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado:

1. Reunião da Comissão de Execução Penal do CONDEGE, que contou com a presença do Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.
2. Reunião Ordinária no Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED (24.11.2016).
3. Participação em reunião da Comissão de Execução Penal do CONDEGE, realizada no DEPEN em Brasília, para definir parâmetros para a força-tarefa pactuada com o Ministério da Justiça.



6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado:

1. Contato com Defensores da VEC da Capital para colher sugestões para a estruturação normativa do atendimento aos sentenciados, conforme indicado no plano de atuação de 2016/2017.
2. Suporte aos Defensores Públicos em matéria de direito penal, processo penal e execução penal, por meio de consultas diárias realizadas por e-mail e telefone (*pesquisas de doutrina, jurisprudência e legislação, encaminhamento de modelos de peças e esclarecimento de dúvidas diversas*).
3. Reunião - por videoconferência - com os Defensores Públicos Coordenadores de Execução Criminal, para intercâmbio de informações, definição de fluxos de trabalho, colheita de sugestões, resolução de dúvidas e compromisso de atuação conjunta.
4. Reunião com o Defensor Público-Geral para traçar estratégias - no que se refere à questão penitenciária – com o objetivo de subsidiar a reunião com o secretariado do executivo estadual realizada no dia 01.02.2017.
5. Reunião com a assessora criminal *Maíra Coraci* para relatar a situação presenciada nas visitas a CDPs e sugerir modificação do critério de confecção da lista de atendimento a presos provisórios, priorizando-se os casos em que houve fixação de fiança.



7) *Acionamento de Cortes Internacionais:*

Reunião com os coordenadores do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos para discutir estratégias conjuntas para enfrentamento da questão penitenciária junto ao sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Definição de que ambos os Núcleos irão se articular para verificar a viabilidade de provocar, nos meses de fevereiro e março, o Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias do Sistema ONU.

8) *Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública:*

1. Encaminhamento de mensagem à Primeira Subdefensoria Pública pleiteando a formalização de um grupo de trabalho sobre atendimento em execução penal, conforme delineado no Plano de Atuação 2016/2017.
2. Convite aos Defensores *Patrícia Simeonato* e *André Marcondes* para compor Grupo de Trabalho para debate e delimitação de diretrizes de atendimento nas Varas de Execução Criminal (ambos confirmados).

9) *Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais:*



1. **14.02.2017.** Divulgação, na mídia, do pedido de federalização do julgamento do massacre do Carandiru.
2. **14.02.2017.** Entrevista para a Rádio Jovem Pan sobre o pedido de federalização do julgamento do massacre do Carandiru.
- 2.a **14.06.2017** – Elaboração de Cartilha sobre os Direitos do Egresso.
3. **13.07.2017.** Entrevista Jornal da Gazeta – Tema Superlotação nos Presídios
- 3.a **27.07.2017.** Elaboração de Nota Pública em Conjunto com Assessoria de Comunicação Acerca da Atuação da Defensoria Pública no episódio da rebelião do CDP de Pinheiros I
4. **31.07.2017.** Entrevista Jornal da Gazeta – Tema Mães em Cárcere
3. Divulgação de nota conjunta com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos
4. sobre o julgamento que resultou na anulação das condenações do *massacre no Carandiru*.
5. Entrevista concedida à *TV Brasil* sobre a ilegalidade das revistas íntimas vexatórias realizadas no sistema prisional paulista.
6. Entrevista à *Revista IstoÉ* sobre a sistemática de indulto.
7. Entrevista ao *Jornal da Cultura* sobre projeto de lei que visa ampliar as hipóteses de fixação de fiança pela autoridade policial (22.06.2017).



8. Desenvolvimento de cartilha simplificada para instrução de egressos do sistema prisional, a ser encaminhada à EDEPE para atuação em parceria.
9. Entrevista concedida ao *Conjur* sobre o decreto de indulto de 2016 (23.12.2016)
10. Divulgação de nota pública com o delineamento de críticas sobre o novo decreto de indulto.
11. Entrevista para a *Revista Exame* sobre privatização de presídios (03.01.2017)
12. Entrevista para o *Blog do Luiz Nassif* e o *Jornal GGN* sobre privatização de presídios e sobre as condições do sistema carcerário brasileiro. O texto foi replicado pelos sites do Brasil de Fato, do PCB e do PCdoB (04.01.2017).
13. Entrevista para a Folha de São Paulo sobre privatização de presídios (05.01.2017).
14. Entrevista para o jornal *Correio de Campinas* sobre as condições do sistema carcerário brasileiro (05.01.2017).
15. Entrevista para o *Diário de São Paulo* sobre as condições de superlotação das unidades prisionais da cidade de São Paulo (09.01.2017).
16. Participação de debate na *TV Câmara* sobre as condições do sistema penitenciário brasileiro (10.01.2017).
17. Entrevista para o site *JOTA*, sobre a importância das audiências de custódia para o desencarceramento (11.01.2017).
18. Entrevista para a *Revista IstoÉ* sobre privatização de presídios (11.01.2017).



19. Entrevista para a *TV Canção Nova* sobre as medidas adotadas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo para a redução da superlotação em presídios (13.01.2017).
20. Entrevista para o *Diário de São Paulo* sobre as atividades desempenhadas pelo NESC e sobre inspeções realizadas nos CDPs da capital (13.01.2017).
21. Entrevista para o *Portal UOL* sobre deficiências na alimentação de presos (16.01.2017).
22. Divulgação de Nota Pública sobre a crise do sistema penitenciário brasileiro.

10) *Articulação com núcleos especializados afins de Defensorias Públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências:*

1. **06.02.2017 a 20/02/2017** - Participação do coordenador *Carlos Isa* na força-tarefa articulada pelo Ministério da Justiça na cidade de Manaus.

11) *Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade*

Tópico inserido, esparsamente, em diversas ações do NESC especificadas no presente relatório de atividades, uma vez que a atuação do Núcleo se volta à população marginalizada.



12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade:

1. PL-6060/2016, que altera a lei nº 7210/84, dispondo sobre a possibilidade de parceria público privada para a consecução de atividades e serviços de estabelecimentos penais. (Confecção de parecer sobre o tema, conforme indicado no item 13).
2. PL-6027/2016, que cria estabelecimentos prisionais especiais para gestantes, parturientes e mães de crianças até seis anos.
3. PL-5999/2016, que estabelece a cobrança dos custos da fiscalização por meio da monitoração eletrônica aos apenados.
4. SF PLS 309/2016 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências, para determinar que o FUNPEN seja gerido por um conselho gestor e que seus recursos possam ser aplicados, sem objeto de contingenciamento, em ações de combate a situações de calamidade por grave perturbação da ordem social.
5. Análise da Lei Estadual nº 15.553/14 e das normas do Regimento Interno Padrão (RIP) sobre visitas em penitenciárias para participação de debate realizado na TV Assembleia.



6. Portaria nº 81, de 19 de janeiro de 2017, que altera o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP;
7. Portaria nº 72, de 18 de janeiro de 2017, que altera a Portaria nº 1.414, de 26 de dezembro de 2016, que regulamenta a transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional independentemente de convênio ou instrumento congênere.
8. Medida Provisória nº 755, de 19 de dezembro de 2016, que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência direta de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional aos fundos dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

13) Outras ações desenvolvidas:

1. Confecção - em razão de consulta da Assessoria Parlamentar - de parecer sobre o projeto de lei federal nº 6.060/2016, que altera a Lei nº 7.210/84, dispondo sobre a possibilidade de parceria público privada para a consecução de atividades e serviços de estabelecimentos penais
2. Análise de inúmeras cartas e e-mails encaminhados por presos e seus familiares com a solicitação de atendimento de casos individuais em matéria de execução penal.
3. Encaminhamento, ao longo do semestre, de 317 ofícios para defensores públicos coordenadores de execução criminal com a remessa de cartas e e-mails solicitando atendimento de casos individuais em matéria de execução penal.



4. Encaminhamento de 90 cartas para presos em resposta a correspondências recebidas pelo NESC.
5. Encaminhamento de ofícios para a Assessoria Criminal da Defensoria Pública do Estado de São Paulo com a remessa de cartas em que há pedido de revisão criminal formulado por presos.
6. Encaminhados pelo NESC de 140 ofícios para diversos órgãos, entidades e instituições.
7. Atendimento pessoal de egressos e familiares de presos em busca de esclarecimentos sobre casos individuais ou com o objetivo de relatar casos de violação coletiva de direitos humanos.
8. Participação de grupo criado para monitoramento de prisões em flagrante efetuadas durante manifestações populares. O NESC ficou responsável pelo recebimento de chamadas telefônicas, em escala de plantão, durante o período de um mês.
9. Plantão em esquema de revezamento durante o recesso forense para atendimentos pessoais e por telefone.

14) *Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo:*

Não houve atuação específica do NESC neste tópico ao longo do semestre objeto do relatório.

15) *Inspeções em estabelecimentos prisionais:*

1. **17.02.2017.** Inspeção na Penitenciária I de Franco da Rocha
- Inspeção na ala de progressão do CDP de Franco da Rocha



- Inspeção no CDP de Campinas
 - Inspeção na Penitenciária I de Sorocaba
 - Inspeção na Penitenciária de Serra Azul
-
2. **21.03.2017** - Inspeções no CDP de Pinheiros I, III e IV para verificação do estado de superlotação em cada uma das celas das unidades.
 3. **30.03.2017** - Inspeções nos CDPs de Belém I e Vila Independência para verificação do estado de superlotação em cada uma das celas das unidades.
 4. **18.05.2017** – Atendimento na Penitenciária Feminina de Pirajuí na ala materna relativa ao Programa Mães em cárcere onde foram atendidas aproximadamente 60 detentas, recebendo orientação jurídica sobre recursos e esclarecimentos complementares.
 5. **26.07.2017** – Inspeção no CDP de Pinheiros I, em razão de rebelião ocorrida no respectivo estabelecimento. A Atividade de inspeção pelos coordenadores foi vetada, pelo Diretor do CDP, em razão da presença do GIR no local.
 6. **31.07.2017** – Inspeção no CPP Feminino do Butantã, em razão de diversas denúncias acerca de condições precárias do estabelecimento, envolvendo, sobretudo, má qualidade da alimentação e tratamento às presas, em regime semiaberto, similar ao destinado ao regime fechado.



7. **07.08.2017** – Inspeção no CDP I de Pinheiros, em razão do motim ali ocorrido, logrando os Defensores, desta vez, acesso a todos os raio e todas as celas.

Observação: Outras inspeções programadas pelo NESC tiveram que ser canceladas em decorrência da impossibilidade de afastamentos de membros e colaboradores, algumas delas informadas de última hora.

16) Procedimentos administrativos instaurados no semestre objeto deste relatório:

09-09 2017	INSPEÇÃO NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAMPINAS
10-10 2017	REPRESENTAÇÃO PARA A INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA - JULGAMENTO DOS HOMICÍDIOS NA CASA DE DETENÇÃO "FLAMÍNEO FÁVERO" - CARANDIRU
11-11 2017	REUNIÕES ORDINÁRIAS DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE SITUAÇÃO - com os Membros e Colaboradores
12-12 2017	INSPEÇÃO NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE BELÉM II
13-13 2017	INSPEÇÃO NA PENITENCIÁRIA I DE FRANCO DA ROCHA
14-14 2017	INSPEÇÃO NA PENITENCIÁRIA I DE SOROCABA
15-15 2017	INSPEÇÃO NA PENITENCIÁRIA DE SERRA AZUL
16-16 2017	DENÚNCIAS RELATIVAS A PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA
17-17 2017	RELATÓRIO SEMESTRAL DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE SITUAÇÃO CARCERÁRIA AGOSTO DE 2016 ATÉ JANEIRO DE 2017
18-18 2017	DENÚNCIAS RELATIVAS AO CDP DE TAUBATÉ
19-19 2017	INSPEÇÃO NO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA FEMININO DE FRANCO DA ROCHA
20-20 2017	INSPEÇÃO NA PENITENCIÁRIA II DE FRANCO DA ROCHA
21-21 2017	AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - REFERENTE AO USO DE ALGEMAS DURANTE O PARTO - DAFINY CRISTIN DA CRUZ
22-22 2017	INFORMAÇÕES DA MORTE DO PRESO <u>JEFFERSON JOAQUIM APRIGIO DA SILVA</u>
23-23 2017	RELATÓRIO DE VISITA UNIDADES PRISIONAIS DE PIRAJUÍ (Cadeia Pública de Pirajuí e Penitenciária Feminina de Pirajuí)



24-24 2017	RELATO SOBRE O FALECIMENTO DO PRESO DAVI VICENTE FERREIRA
25-25 2017	DENÚNCIA RELATIVA A PENITENCIÁRIA DE WENCESLAU I
26-26 2017	DENÚNCIA RELATIVA A PENITENCIÁRIA DE GUAREÍ II
27-27 2017	DENÚNCIA RELATIVA A PENITENCIÁRIA DE TREMEMBÉ II
28-28 2017	INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - apuração de crime de tortura (GIR e agentes penitenciários) nas Unidades Prisionais do Estado
29-29 2017	INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - para apuração da conduta funcional dos integrantes do GIR e agentes penitenciários da SAP
30-30 2017	REPRESENTAÇÃO à CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - ref. as Inspeções realizadas e relatos de práticas de crime de tortura nas Unidades Prisionais do Estado
31-31 2017	DENÚNCIA RELATIVA A PENITENCIÁRIA DE CERQUEIRA CESAR
32-32 2017	DENÚNCIA RELATIVA A PENITENCIÁRIA DE DRACENA

17) Reuniões realizadas:

1. 09.02.2017 Reunião com o NEDIPED para desenvolvimento de projeto conjunto para atuação em favor de presos portadores de deficiência.
2. 09.02.2017 Participação do NESC na força-tarefa articulada pelo Ministério da Justiça na cidade de Manaus.
3. 09.02.17: Reunião Projeto NESC/NEDIPED para pessoas com deficiência em cárcere e Mães em Cárcere
4. 10.02.2017 Reunião ordinária com membros e colaboradores do NESC.
5. 16.02.2017 Reunião na Primeira Subdefensoria para abordar as ações de implementação do Plano de Atuação.



6. 20.02.2017 Reunião de devolutiva com delegados da sociedade civil sobre as ações desempenhadas pelo NESC para materialização do Plano de Atuação 2016/2017.
7. 21.02.2017 Reunião no CONECTAS para debater a questão da tortura em unidades prisionais.
8. 02.03.2017 Reunião com agentes psicossociais da Defensoria Pública para avaliação de estratégias de atuação em favor de pessoas em cumprimento de medida de segurança.
9. 13.03.2017 - Contato com os defensores coordenadores do Núcleo de Segunda Instância para tratar da necessidade de ingresso da DPESP como *amicus curiae* em ADI 3150 que visa questionar a constitucionalidade da lei que alterou dispositivo do Código Penal para considerar multa como dívida de valor.
10. 14.03.2017 - Reunião no Núcleo de Segunda Instância para debate e sugestões para as contrarrazões em RE formulado pelo colega Gustavo Samuel que aborda a natureza jurídica da multa penal.
11. 15.03.2017 - Interlocução com a Procuradoria Geral do Estado sobre a sistemática de pagamento de multa penal por assistidos da Defensoria.
12. 20.03.2017 - Reunião de coordenadores de núcleos com a Primeira Subdefensoria
13. 23.03.2017 - Audiência pública “Mães em Cárcere”.
14. 24.03.2017 - Reunião plenária do NESC.
15. 24.03.2017 - Reunião da comissão de acompanhamento da DAP.



16. 27.03.2017 - Reunião na corregedoria do TRE para tratar da extinção da punibilidade para fins eleitorais, ainda que com multa pendente de pagamento.
17. 28.03.2017- Reunião na Promotoria de Direitos Humanos para desenvolvimento de ações conjuntas de enfrentamento à violência praticada pelo GIR.
18. 31.03.2017 - Presença no Conselho Superior para debate sobre metas do plano de atuação de atribuição do NESC.
19. 31.03.2017- Reunião na assessoria parlamentar sobre o projeto de lei que regulamenta a atuação do GIR.
20. 31.03.2017 - Reunião com a Primeira Sub e a CTI sobre a sistemática de intimação eletrônica do NESC.
21. 03.04.2017 – Reunião com Assessor Parlamentar Defensor Público Dr. Rafael Pitanga, para tratar do Projeto de Lei na ALESP, Proj DE Lei – (897/2014) , sobre a Regulamentação do GIR.
22. 04.04.2017 – Reunião com a Defensora Pública Fernanda Dutra - Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência - para tratar da elaboração do HC em favor de Ary Jose Felipe - internado no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha II
23. 06.04.2017 – Reunião com o Corregedor Geral do TER-SP para tratar a respeito de suspensão de direitos políticos resultante dos efeitos da condenação pelo não pagamento da multa penal.
24. 20.04.2017 - Reunião com Ana Di Romão (Bernardo e Zoraide) – Ana Beatriz Di Romão Prudente é uma estilista que possui o ateliê D’Ana na Zona Norte e



informa ser preocupada com direitos humanos, em especial com questões ligadas às mulheres

25. 25.04.2017 – Reunião com a 1ª Subdefensoria Pública, Comissão organizadora da Conferência Estadual.

26. 10.05.2017 - Reunião Ação Educativa - Estudo sobre os dados de educação no sistema prisional feito pelo Henrique, com alguma colaboração do GEDUC (MP)

27. 06.06.2017 – Reunião com o Dr. Bernardon - Médico assistente do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - com a finalidade de criar um canal de comunicação para acelerar as decisões e os devidos encaminhamentos em saúde

28. 23.06.2017 – Reunião Ordinária Membros do Núcleo Especializado de Situação Carcerária - Treinamento Realizado pela 1ª Sub –Pela Assistente Técnica Juliana – Para Moderadores no VI Ciclo de Conferência Estadual – Com os membros e colaboradores participantes – Pautas relacionadas a transição de Coordenação do NESC, e assuntos pertinentes a andamento de ações propostas pelo NESC.

29. 27.06.2017 – Segunda Reunião com o Dr. Bernardon - Médico assistente do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Para discutir a possibilidade de garantir vaga fixa em Centro de Acolhida para egressos de HCTPs (neste caso seria com a SMADS);

29.a 10.07.2017 - Reunião com a 1ª Subdefensoria Pública Com a Coordenação do Núcleo Relativo ao Monitoramento do V Ciclo de Conferência da Defensoria Pública Estadual de São Paulo



30. 17/07/2017 – Reunião com a 1ª Subdefensoria Pública, relativa a aperfeiçoamento da Planilha de Monitoramento da atuação dos Núcleos e suas ações efetivas.

18) Atendimentos e análises de casos especiais:

1. 22.02.2017 Pesquisa sobre a sistemática de pagamento de honorários periciais e manifestação na ACP 10036441820138260053 - Fazenda Pública - Capital
2. 03.03.2017 - Estudo sobre o protocolo de atuação em caso de notícia de prática de tortura em estabelecimentos prisionais (Protocolo de Istambul).
3. 03.03.2017 - Estudo sobre recomendações e relatórios de organizações internacionais sobre a questão da superlotação no sistema prisional brasileiro.
4. 06.03.2017 - Estudo e pesquisa sobre Indulto/2016 em cotejo com a legislação sobre mães em cárcere.
5. 06.03.2017 - Estudo sobre normas que regulam a atividade de Agente de Segurança Penitenciária - Objetivando questionar a atuação do GIR (Grupo de Intervenção Rápida).
6. 07.03.2017 - Estudo sobre normas que regulam a atividade de Agente de Segurança Penitenciária - Objetivando questionar a atuação do GIR (Grupo de Intervenção Rápida).



7. 07.03.2017 - Pesquisa e contato com a procuradoria do Estado para esclarecimentos sobre a nova sistemática adotada pelo TJSP para pagamento da multa penal.
8. 10.03.2017 - Estudo e preparação para sustentação oral na apelação autuada sob o nº 0035475-04.2013.8.26.0053. Assunto: Responsabilidade da Administração - Indenização por Dano Moral em razão de o Estado Submeter detenta a trabalho de parto algemada.
9. 14.03.2017 - Elaboração de capítulo para a futura ACP de superlotação abordando a normativa internacional e o posicionamento de organismos internacionais sobre o tema.
10. 15.03.2017 - Elaboração de capítulo para a futura ACP de superlotação abordando a normativa internacional e o posicionamento de organismos internacionais sobre o tema.
11. 22.03.2017 - Elaboração de modelo de habeas corpus para trancar ações penais para apuração de prática de aborto.

18.1. Atuação relativa ao “motim” no Centro de Detenção “Pinheiros I”:

1. Visita dos Defensores Públicos Carlos Roberto Isa e Bruno Amabile Bracco ao CDP “Pinheiros I”. Após dificuldades para conseguir adentrar a unidade, foram recebidos pelo Diretor Geral em sua sala. Traçado panorama geral do ocorrido.



Acesso à lista dos presos transferidos imediatamente após o motim.
Impedimento de acesso aos raios e conversa com os presos (26.07.2017).

2. Petição ao Juízo de Direito do DECRIM da 1ª RAJ (Corregedor dos Presídios da Capital), requerendo acesso aos raios e conversa com os presos. Decisão judicial em termos genéricos, equivalente a negativa (01.08.2017).
3. Recurso inominado ao Corregedor-Geral de Justiça do TJ/SP (01.08.2017).
4. Antes de julgado o recurso, contato telefônico com Diretor Geral da unidade prisional, agendando visita da Defensoria para o dia 07.08.2017, com garantia de acesso aos raios e conversa reservada com presos (04.08.2017).
5. Ida dos Defensores Carlos Isa e Bruno Amabile Bracco, acompanhados do Agente de Defensoria Henrique Finotti, ao CDP “Pinheiros I”. Acesso a todos os raios e todas as celas. Colhidos depoimentos e registros fotográficos. Conversas reservadas com presos. Conversas com o Diretor, ASPs, médico, membros do GIR e demais profissionais atuantes na unidade (07.08.2017).
6. Expedidos ofícios ao CDP, requerendo atendimento médico a dezenas de presos com doenças facilmente detectadas, bem como retomada de contato com familiares (08.08.2017).
7. Petição ao Juízo de Direito do DECRIM da 1ª RAJ (Corregedor dos Presídios da Capital), informando sobre a situação da unidade, com registros fotográficos, bem como juntando depoimentos de dois presos transferidos para Presidente Venceslau, colhidos pelo Defensor Gustavo Picchi.



19) Atividades administrativas e de gestão do Núcleo:

1. 03.02.2017 Movimentação em procedimentos administrativos do NESC.
2. 14.02.2017 Envio dos autos nº 0002574-21.2013.8.26.0590, com os memoriais respectivos, para a comarca de São Vicente/SP
3. 22.02.2017 Finalização do relatório semestral e protocolo no Conselho Superior.
4. 22.02.2017 Encaminhamento de ofício à Primeira Subdefensoria Pública-Geral e à Ouvidoria Geral com cópia do relatório semestral
5. 22.02.2017 Pesquisa sobre a sistemática de pagamento de honorários periciais e manifestação na ACP 10036441820138260053 - Fazenda Pública - Capital
6. 23.02.2017 Análise e regularização de 10 procedimentos administrativos instaurados pela gestão anterior (despachos de arquivamento e remessa dos autos para membros e colaboradores).
7. 23.02.2017 Disponibilização do relatório semestral no site do NESC.
8. 01.03.2017 Definição da data de realização da próxima reunião do Núcleo (24.03.2017)
9. 01.03.2017 Definição da data de realização das próximas inspeções pelos membros e colaboradores (05.05.2017).



10. 06.03.2017 – Inclusão no site da DPESP/Núcleo Especializado de Situação Carcerária/Material de Apoio/Nota técnica da SABESP relativa a Estabelecimentos Prisionais
11. 07.03.2017 – Elaboração de Minuta para convocação de Reunião Ordinária dia 24.03.2017 para Publicação no Diário Oficial
12. 08.03.2017 Contato com o Defensor Coordenador de Execução Criminal de Presidente Prudente para esclarecimentos sobre a manifestação de presos da Penitenciária de Tupi Paulista sobre o cumprimento da decisão judicial que proibiu a revista vexatória na Unidade.
13. 01.06.2017 – Elaboração de Publicação para sair na imprensa Oficial para convocação dos membros para Reunião Ordinária do NESC no Dia 23.06.2017
14. 20.06.2017 – E-mail encaminhado aos membros e colaboradores do NESC, informando sobre a pauta da Reunião Ordinária a ser tratada no dia 23/06/2017
15. 21.06.2017 – Contato com os membros e colaboradores para tratar de assunto pertinente a VI Ciclo de Conferências
16. 23.06.2017 – Conferência da Ata de Reunião Ordinária do NESC, relativa ao dia 23/06/2017
17. 24.03.2017 Pedido de providência para apuração de prática de sanção coletiva na Penitenciária II de Taquarituba.



18. 26.06.2017 – E-mail encaminhado aos Membros e Colaboradores do NESC, com o envio de Cartilha elaborada pela 1ª Subdefensoria Pública, sobre atuação dos moderadores no VI Ciclo de Conferência Estadual

Carlos Roberto Isa

Coordenador Auxiliar

Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Bruno Amabile Bracco

Coordenador Auxiliar

Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo